

Relatório de militares entregue ao TSE não aponta indícios de fraude nas eleições



Lopes, líder do PT na Câmara, disse que texto deve ser enviado ao Senado nos próximos dias

Verba do Auxílio Brasil fora do teto de gastos

O líder do PT na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (MG), confirmou ontem que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, prefere bancar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para despesas extras em 2023 além do teto de gastos, incluindo a manutenção do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, em R\$ 600 por mês.

– Sim, acredito que vai ser PEC, vai ser PEC. Agora é fechar detalhes, o texto, construir o caminho da PEC junto com a equipe técnica do Senado e da Câmara – afirmou Lopes a jornalistas, após sair da residência oficial do presidente da Câmara, onde Lula se reuniu com Arthur Lira (PP-AL). – (Na reunião) se tratou que o caminho... o presidente Lula tem preferência pela PEC. E agora o Geraldo Alckmin, o (Aloísio) Mercadante e a gente junto ali, vamos construir uma próxima reunião para detalhar o texto da PEC – acrescentou.

De acordo com Lopes, a iniciativa pode ser apresentada nos próximos dias. A tramitação, por sua vez, deve começar pelo Senado. A proposta é que o Congresso autorize gastos extras da ordem de R\$ 175 bilhões.

Essa ordem de tramitação foi confirmada também pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), que participou de encontro entre Lula e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ontem. O par-

lamentar disse que ainda é preciso negociar a PEC com os outros partidos, mas que há “boa vontade” do Congresso com as pautas do novo governo federal.

Segurança

Prevalceu a avaliação de que alterar a Constituição para bancar promessas de campanha traz mais segurança jurídica do que o uso de crédito extraordinário, por meio de medida provisória. Um dos principais cotados para relatar a proposta é o senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do orçamento de 2023.

Lopes ainda projetou aprovação do texto, em dois turnos, por unanimidade:

– Ninguém em sã consciência vai querer tirar dinheiro do bolso dos mais pobres.

O deputado voltou a falar em tirar todo o Auxílio Brasil (ou Bolsa Família), de forma permanente, do teto de gastos – a regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

Com isso, R\$ 105 bilhões já inscritos no projeto de orçamento de 2023 poderiam ser destinados para bancar outras promessas de Lula, como o aumento real do salário mínimo e a recomposição de programas como Farmácia Popular e Merenda Escolar.

– É um debate que vai ser costurado. Qual é o princípio que estamos tratando? O que busca

excepcionalizar transferência de renda, que é o Bolsa Família. O que o relator vai ter disponível para melhorar a merenda escolar, compras de alimentos, enfrentar a fome, fazer Farmácia Popular, dar aumento real do salário mínimo? Esses R\$ 105 bilhões que já estão no Orçamento – disse Lopes.

Na terça-feira, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), já tinha ventilado essa possibilidade. O próprio líder do PT na Câmara havia sugerido, na segunda-feira, que a PEC da Transição, negociada pela equipe de Lula para viabilizar promessas de campanha, era o início de uma discussão sobre unir regras fiscais com metas sociais.

Segundo Lopes, se os investimentos também forem retirados do teto de gastos, haverá “dezenas de milhões” de recursos para obras paradas e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. A equipe de Lula avalia pedir ao Congresso licença para gastar de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos públicos em infraestrutura e habitação no próximo ano.

Conforme fontes que participam da elaboração da PEC da Transição, o governo eleito quer dobrar o volume de investimentos previsto atualmente no orçamento para deixar marcas logo no primeiro ano de mandato. O valor final ainda não foi definido e é motivo de debate na equipe do petista.

Relatório de militares não aponta fraude em urnas

O relatório entregue ontem pelo Ministério da Defesa ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não aponta fraude eleitoral e reconhece que os boletins de urnas e os resultados divulgados pela Corte são idênticos. Ou seja, o boletim que a urna imprimiu registrando os votos dados ao final da votação confere com o resultado da totalização divulgada pelo tribunal.

Ao mesmo tempo, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, pede no relatório de fiscalização do processo de votação que seja feita investigação técnica urgente sobre eventuais riscos de segurança das urnas. O documento tem 63 páginas e fala num suposto risco de que um “código malicioso” possa interferir no funcionamento dos aparelhos de votação.

Em nota, o TSE agradeceu o envio do documento e destacou justamente que o trabalho dos militares não aponta qualquer fraude ocorrida na eleição. “TSE informa que recebeu com satisfação o relatório final do Ministério da Defesa, que não apontou a existência de nenhuma fraude ou inconsistência no processo eleitoral de 2022. As sugestões encaminhadas para aperfeiçoamento do sistema serão oportunamente analisadas. O TSE reafirma que as urnas eletrônicas são motivo de orgulho nacional, e as Eleições de 2022 comprovam a eficácia, lisura e total transparência da apuração e totalização dos votos”, diz o comunicado do tribunal.

Testes

Num ofício em que encaminha o relatório, o ministro alega que durante a inspeção dos militares teria sido observada situação que “pode configurar relevante risco à segurança do processo”. “Dos testes de funcionalidade, realizados por meio do Teste de Integridade e do Projeto-Piloto com Biometria, não é possível afirmar que o sistema eletrônico de votação está isento da influência de um eventual código malicioso que possa alterar o seu funcionamento”, diz Nogueira.

O relatório destaca que não tratou-se de investigar eventual fraude eleitoral. “Ressalta-se que o trabalho da EFASEV (equipe de fiscalização das Forças Armadas) se restringiu à fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação, não compreendendo outras atividades, como, por exemplo, a manifestação acerca de eventu-

ais indícios de crimes eleitorais”, afirma o documento.

Nogueira sugere que seja criada uma comissão de técnicos de instituições da sociedade para fazer a fiscalização do funcionamento das urnas. Esse trabalho, no entanto, já é feito durante o processo de preparação da eleição, com a possibilidade de instituições de fiscalização, como a própria Defesa, para analisar a urna e também os programas que a fazem funcionar.

OAB

Na noite de terça-feira, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, levou ao presidente do TSE, Alexandre de Moraes, um documento reconhecendo o resultado das urnas e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A entidade concluiu não haver nenhuma irregularidade no pleito.

“A efetividade e o respeito à soberania do voto popular foram alcançados com maestria. Desse modo, este Conselho Federal da OAB reafirma, seguramente, que o Brasil presenciou eleições limpas, transparentes e seguras”, diz o documento entregue ao presidente da Corte.

Simonetti destacou que a OAB não identificou “qualquer fato que aponte suspeita de irregularidades no processo de votação” e que “evidenciou-se, ao contrário, a postura transparente da Justiça Eleitoral na preservação da lisura e da segurança no processo”.

A OAB foi uma das entidades inscritas para fiscalizar o pleito, assim como representantes das Forças Armadas integram o Comitê de Transparência instituído pelo TSE.

Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) informou não ter encontrado divergências nos boletins das urnas eletrônicas que foram analisadas durante auditoria realizada no segundo turno das eleições. Os técnicos do órgão analisaram 604 boletins analisados com base nas informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Antes ainda da OAB, diversas outras entidades e instituições já haviam reconhecido a lisura do processo eleitoral e a vitória do candidato do PT à Presidência. O Tribunal de Contas da União (TCU) formou um comitê para acompanhar e fiscalizar a eleição e a transição governamental. Foi a primeira vez que o órgão se mobilizou nesse aspecto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política Página: 10